



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Termo de Referência Nº 125/2025

TERMO DE REFERÊNCIA
(Processo Administrativo nº 0015137-34.2024.6.18.8000)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de aquisição de **notebooks, impressoras e scanners**, com garantia de 36 meses *on site*, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, por Registro de Preços, com prazo de vigência de 1 (um) ano, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	DESCRÍÇÃO	CATMAT	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PEDIDO MÍNIMO
1	Notebook (Especificação na tabela abaixo)	613702	Unidade	108	R\$ 6.600,00	R\$ 712.800,00	18
2	Notebook (Cota reservada para ME/EPP do Item 1)	613702	Unidade	12	R\$ 6.600,00	R\$ 79.200,00	12
3	Impressora Laser (Especificação na tabela abaixo)	470800	Unidade	90	R\$ 1.702,53	R\$ 153.227,70	20
4	Impressora Laser (Cota reservada para ME/EPP do Item 3)	470800	Unidade	25	R\$ 1.702,53	R\$ 42.563,25	15
5	Impressora laser multifuncional (Especificação na tabela abaixo)	469167	Unidade	90	R\$ 2.447,37	R\$ 220.263,30	20
6	Impressora laser multifuncional (Cota reservada para ME/EPP do Item 5)	469167	Unidade	25	R\$ 2.447,37	R\$ 61.184,25	15
7	Scanner A3 com ADF e mesa digitalizadora (Especificação na tabela abaixo) participação exclusiva ME/EPP	254730	Unidade	1	R\$ 20.426,80	R\$ 20.426,80	1
8	Scanner de mesa - médio porte (Especificação na tabela abaixo) participação exclusiva ME/EPP	611695	Unidade	30	R\$ 2.555,50	R\$ 76.665,00	5

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
	1. Notebook 1.1. Processador: 1.1.1. Deverá ser do padrão x64; 1.1.2. Deverá possuir tecnologia VPro; 1.1.3. Deverá atingir, no mínimo, 14.000 (quatorze mil) pontos tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site: https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php ;

1.1.4. Deverá ser compatível com memórias **DDR5** com frequência de **4800MHz** ou superior;

1.1.5. O processador e o chipset deverão suportar características de virtualização;

1.1.6. É obrigatório informar o modelo do processador ofertado;

1.1.7. Processadores descontinuados não serão aceitos.

1.2. Placa mãe:

1.2.1. Deverá ser da mesma marca do fabricante do equipamento ou em regime de OEM;

1.2.2. Deverá possuir 1 (um) slot de memória com suporte a **DDR5 4800 MHz** ou superior livre (sem pente de memória instalado);

1.2.3. Deverá possuir módulo TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0 ou superior, interno/integrado, destinado ao armazenamento de senhas, certificados digitais e chaves criptográficas em conformidade com as especificações do Trusted Computing Group. Para esta comprovação, o fabricante do equipamento deverá, obrigatoriamente, estar listado no site oficial http://www.trustedcomputinggroup.org/about_tcg/tcg_members na categoria Promoter.

1.2.4. Deverá possuir controladora de discos, padrão SATA 6.0Gbps (ou superior) ou PCIe-4xNVME (ou superior) compatível com o dispositivo de SSD ofertado;

1.2.5. O chipset da placa principal deverá ser da mesma marca do fabricante do processador;

1.2.6. Deverá permitir o gerenciamento remoto, com acesso a BIOS, permitir iniciar o computador a partir de uma imagem (.ISO) em um compartilhamento de rede ou CD no console de administração, mesmo com o equipamento desligado;

1.2.7. Controladora de vídeo deverá ser capaz de suportar 16 milhões de cores. Suportar gráficos DirectX 11 ou superior para Windows. Suportar gráficos OpenGL 3.1 ou superior para Windows. Deverá possuir memória gráfica mínima de 512MB. integrada ao processador, capaz de alocar metade da memória RAM disponível de forma dinâmica;

1.2.8. Deverá possuir áudio com entrada para microfone externo e alto-falante embutido, sendo aceito o formato combo;

1.2.9. Não serão aceitos produtos descontinuados por seus fabricantes.

1.3. BIOS:

1.3.1. O fabricante do notebook, caso não seja o fabricante da BIOS, deverá ter direito de *copyright* sobre esta BIOS;

1.3.2. Deverá apresentar idioma Inglês ou Português;

1.3.3. Deverá possibilitar a inserção do código de identificação do Equipamento (número do registro patrimonial, por exemplo), dentro da própria BIOS, que será recuperável por software de gerenciamento. A inserção do número do patrimônio deve ser recurso padrão do BIOS ou mediante comando, com direitos de administrador, através de executável interno via aplicativo original do fabricante do equipamento, instalado no disco do equipamento. Não sendo aceito nenhum dispositivo externo (Ex.: pendrive, cd de boot, etc) e/ou de outro fabricante com executável para fazer tal procedimento;

1.3.4. Deverá ser do tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável;

1.3.5. Deverá suportar a tecnologia *Trusted Platform Module* 2.0 (TPM);

1.3.6. Deverá suportar *Plug & Play*;

1.3.7. Deverá suportar ACPI (*Advanced Configuration and Power Interface*) e SMBIOS (*System Management BIOS*);

1.3.8. Deverá permitir configurar senhas para, no mínimo, Power-on e acesso à configuração do equipamento (Setup);

1.3.9. Deverá ter suporte a tecnologia de previsão/contingenciamento de falhas de disco rígido S.M.A.R.T (*Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology*) habilitada;

1.3.10. Deverá permitir atualização. As atualizações da BIOS deverão ser disponibilizadas no site do fabricante do equipamento;

1.3.11. Deverá possuir opção para desabilitar componentes de drive e de entrada e saída do equipamento como webcam;

1.3.12. Deverá dispor de ferramenta de diagnóstico de saúde do hardware para, no mínimo, Processo de Boot, Memória e HDD, com execução de testes independente do estado/versão sistema operacional. A ferramenta deve ser acessada durante o POST do equipamento e apresentar tela gráfica para acompanhamento dos testes, facilitando assim a análise do usuário. A ferramenta deve possuir interface gráfica, sendo possível executar o diagnóstico de cada item individualmente, ou teste completo dos componentes em único comando (caso necessário detectar falhas em mais de um item). Os códigos de erro gerados pelas falhas encontradas devem ser suficientes para indicar os problemas do equipamento na abertura do chamado técnico em garantia junto ao fabricante. Não serão aceitos softwares externos para esta aplicação;

1.3.13. Deverá ser projetada para utilização no modelo ofertado;

1.3.14. Deverá possuir o número de série do notebook registrado na BIOS;

1.3.15. Deverá ser capaz de desativar USB através da BIOS;

1.3.16. Deverá ser capaz de boot por dispositivo USB.

1.4. Memória:

1.4.1. Deverá possuir, no mínimo, **16GB** de memória **DDR5-4800 MHz** (ou superior) instalada (pente único), adequando-se plenamente à velocidade de barramento da placa mãe e do processador;

1.4.2. Deverá possuir capacidade de expansão a, no mínimo, 64GB;

1.4.3. O módulo de memória instalado deverá ser homologado pelo fabricante e deverá ser idêntico em marca/modelo para todos os

notebooks do lote entregue.

1.5. Armazenamento:

- 1.5.1. Deverá possuir 1 (uma) unidade de disco SSD com, no mínimo, 512 GB interface M.2 PCIe NVMe;
- 1.5.2. Deverá possuir velocidade de leitura sequencial de, no mínimo, 2.500MB/s;
- 1.5.3. Deverá possuir velocidade de escrita sequencial de, no mínimo, 1.000MB/s;
- 1.5.4. Deverá possuir MTBF de, no mínimo, 1,4 milhões de horas.

1.6. Vídeo:

1.6.1. Compatível com o padrão Full HD, PCI Express, obrigatoriamente integrada ao processador, capaz de alocar metade da memória RAM disponível de forma dinâmica, chipset mínimo Intel UHD Grafics 620 ou AMD Radeon R7. Modelos superiores serão aceitos.

1.7. Tela:

- 1.7.1. Tela de 14 polegadas;
- 1.7.2. Deverá ter proporção de 16:9;
- 1.7.3. Deverá suportar resolução de 1920 X 1080 pixels em 60Hz;
- 1.7.4. Deverá ser retro iluminada por LED;
- 1.7.5. Tela com mecanismo integrado para bloqueio da câmera;
- 1.7.6. Deverá possuir tratamento antirreflexivo não sendo aceita a solução glare (brilhante ou polida) ou adesivos antirreflexos.

1.8. Interfaces de entrada/saída:

- 1.8.1. 01 (uma) interface HDMI;
- 1.8.2. Deverá possuir 1 (uma) saída de vídeo para conexão de TV/projetor VGA mesmo que com uso de adaptadores, independente da interface HDMI indicada no item anterior;
- 1.8.3. Deverá possuir 1 (uma) entrada de áudio e 1 (uma) saída para fone de ouvido; Também serão aceitas configurações com 1 (uma) porta Combo entrada/saída;
- 1.8.4. Deverá possuir, no mínimo, 2 (duas) portas USB no padrão 3.2 ou superior;
- 1.8.5. Interface de rede integrada padrão Gigabit Ethernet velocidade 10/100/1000 Mbps;
- 1.8.6. Interface de rede wireless IEEE 802.11ax, ou superior, integrada;
- 1.8.7. Bluetooth 5.0 ou superior integrado, não sendo aceitos dispositivos USB ou PCMCIA;
- 1.8.8. Webcam HD720p ou superior integrada ao gabinete, com microfone embutido, e mecanismo integrado para bloqueio da câmera.

1.9. Áudio:

- 1.9.1. Deverá possuir som estéreo integrado compatível com o padrão HD;
- 1.9.2. Deverá possuir no mínimo 2 (dois) alto-falantes internos com potência máxima total suportada de, no mínimo, 2 (dois) Watts;
- 1.9.3. Deverá possuir conector de microfone/fone de ouvido.

1.10. Bateria:

- 1.10.1. Deverá possuir bateria de íons de lítio ou polímero de lítio com, no mínimo, 3 (três) células e capacidade mínima de 40 Wh.

1.11. Fonte:

- 1.11.1. Fonte AC externa 100-240V, com potência mínima de 65Watts e eficiência mínima de 85% devidamente comprovado, com seleção automática de voltagem.

1.12. Teclado e touchpad:

- 1.12.1. O teclado deverá ser do padrão brasileiro ABNT2, com teclas não apagáveis pelo uso contínuo, possuindo proteção contra o derramamento de líquidos;
- 1.12.2. Possuir touch-pad com dois botões e área de rolagem.

1.13. Características físicas:

- 1.13.1. Deverá ter peso máximo de 2,0 Kg na configuração completa e espessura máxima de 30 milímetros.

1.14. Sistema Operacional:

- 1.14.1. O equipamento deverá ser entregue com licenciamento pré-instalado de fábrica com o Sistema operacional **Microsoft Windows 11 Professional 64 bits**, idioma em português do Brasil com todos os drivers configurados;
- 1.14.2. O Serial do Sistema Operacional deverá estar gravado na BIOS ou ser entregue junto com a Nota Fiscal;
- 1.14.3. Deverão ser disponibilizados os drivers dos componentes em DVD ou no site do fabricante.

1.15. Acessórios:

- 1.15.1. Cada equipamento deverá ser acompanhado de:

- 1.15.1.1. Maleta de couro ou nylon para transporte do equipamento e acessórios;
- 1.15.1.2. Fonte de alimentação (plugue de acordo com o padrão atualizado no Brasil, especificado pela NBR 14136);
- 1.15.1.3. Licença Original do **Windows 11 Professional 64 bits** (ou com a licença gravada na BIOS).

1.16. Outros requisitos

- 1.16.1. Os equipamentos devem estar acompanhados de todos os cabos necessários para o perfeito funcionamento, sem extensões.
- 1.16.2. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136 ou a norma vigente;
- 1.16.3. As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.

1.17. Certificações do equipamento / fabricante:

- 1.17.1. Deverá possuir certificação de compatibilidade eletromagnética CE e de economia de energia EPEAT no mínimo na categoria SILVER para equipamentos lançados a partir de janeiro de 2019 (conferido em <http://www.epeat.net>). Poderão ser fornecidos atestados, relatórios ou certidões que comprovem que o equipamento é aderente ao padrão EPEAT na categoria solicitada, emitido por instituto credenciado junto ao INMETRO, ou que atenda a Portaria INMETRO/MDIC número 304, de 06/11/2023;
- 1.17.2. Deverá possuir certificação Energy Star para o equipamento ofertado. Esta certificação será comprovada através de acesso à página <http://www.energystar.gov>, sendo necessário identificar a marca e o modelo ou família do equipamento. Poderão ser fornecidos atestados, relatórios ou certidões que comprovem que o equipamento ofertado é aderente ao padrão Energy Star, emitido por instituto credenciado junto ao INMETRO ou que atenda a Portaria INMETRO/MDIC número 304, de 06/11/2023;
- 1.17.3. Deverá possuir a comprovação de baixo nível de ruído conforme NBR 10152 ou ISO 7779 ou similar;
- 1.17.4. Deverá possuir certificação de compatibilidade com a norma IEC 60950 ou similar emitida por instituição credenciada pelo INMETRO;
- 1.17.5. Deverá possuir compatibilidade eletromagnética e de radiofrequência com a Norma IEC 61000 ou similar, comprovada através de certificado ou relatório de avaliação de conformidade emitido por órgão credenciado pelo INMETRO;
- 1.17.6. Todos os dispositivos de hardware e seus respectivos drivers deverão ser compatíveis com o sistema operacional **Microsoft Windows 11 Professional**;
- 1.17.7. O fabricante do equipamento deverá ser membro do consórcio DMTF (*Desktop Management Task Force*), que especifica o padrão DMI de gerenciamento, registrado na categoria Board ou Leadership, que será verificado por meio de acesso à página <http://www.dmtf.org/about/list/>;
- 1.17.8. Deverá estar em conformidade com as diretrizes ROHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*).

1.18. Garantia e suporte para todo conjunto:

- 1.18.1. Os notebooks, juntamente com as baterias, deverão possuir garantia total mínima de **36 (trinta e seis) meses**, a contar do recebimento definitivo.
- 1.18.2. A CONTRATADA deverá adquirir, do fabricante, a garantia do equipamento, conforme descrito no item anterior.
- 1.18.3. A garantia será do tipo *on-site* na cidade de Teresina (incluindo troca de equipamentos defeituosos e assistência técnica), verificável através de consulta personalizada no site do fabricante através do número de série e/ou etiqueta de serviço, com atendimento no próximo dia útil. Suporte de atendimento às chamadas técnicas durante o período de garantia serão no regime de 8x5.
- 1.18.4. O prazo máximo para conserto/substituição dos materiais será de 15 (quinze) dias corridos, a contar do primeiro atendimento;
- 1.18.5. A CONTRATADA deverá fornecer um número gratuito (0800) do FABRICANTE para abertura de chamado de segunda a sexta das 08:00 às 18:00;
- 1.18.6. Os notebooks para conserto serão disponibilizados ao FABRICANTE/FORNECEDOR na Seção de Apoio ao Usuário (SEAU) do TRE-PI, no endereço: Praça Desembargador Edgar Nogueira, nº 80. Centro Cívico, CEP 64000-920 – Teresina-PI, em dias úteis, no horário das 7h30min às 14h30min. Custos com transporte, a partir do local informado, serão de responsabilidade do FABRICANTE;
- 1.18.7. A garantia será prestada pelo FABRICANTE ou por sua rede de assistência técnica autorizada;
- 1.18.8. Deverá possuir garantia contra pixels defeituosos da tela do notebook, a partir de 3 (três) pixels identificados como defeituosos;
- 1.18.9. Todos os componentes dos equipamentos devem ser do próprio fabricante ou estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar em perda parcial da garantia ou não realização da manutenção técnica pelo próprio fabricante quando solicitada;
- 1.18.10. Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados devem estar disponíveis no Web Site do fabricante do equipamento e devem ser facilmente localizados e identificados pelo modelo do equipamento ou código do produto, conforme etiqueta permanente afixada no gabinete;
- 1.18.11. Por questões de segurança, o órgão irá reter a devolução de unidades de armazenamento defeituosos, afim de preservar o sigilo das informações.

1.19. Requisitos gerais obrigatórios:

- 1.19.1. Deverão ser informados na proposta todos os itens que compõe o produto ofertado, incluindo acessórios, software e garantia, com os respectivos modelos, códigos do fabricante (*part numbers*), descrição e quantidades;
- 1.19.2. É obrigatória a comprovação técnica de todas as características exigidas para os equipamentos e softwares aqui solicitados, independente da descrição da proposta do fornecedor, através de documentos que sejam de domínio público cuja origem seja

	<p>exclusivamente do fabricante dos produtos, como catálogos, manuais, ficha de especificação técnica (devendo constar a página e o parágrafo de cada característica), informações obtidas em sites oficiais do fabricante através da internet, indicando as respectivas URL (<i>Uniform Resource Locator</i>), não sendo aceitas declarações do fornecedor como comprovação das exigências.</p>
2	<p>2. Notebook (Cota reservada para ME/EPP do Item 1)</p>
3	<p>3. Impressora Laser</p> <p>3.1. Memória: mínimo 256MB;</p> <p>3.2. Velocidade do processador: mínimo 1.0 Ghz;</p> <p>3.3. Idiomas mínimos de impressão: PCL 6, PCL 5e, emulação Postscript nível 3, PDF, URF, PWG Raster;</p> <p>3.4. Impressora deve possuir display LCD de, no mínimo, duas linhas ou tecnologia superior;</p> <p>3.5. Tecnologia da impressão: Laser;</p> <p>3.6. Tipo de impressão: Monocromática;</p> <p>3.7. Cartucho/frasco de impressão: 1 (toner preto integrado ao cilindro);</p> <p>3.8. Velocidade mínima de impressão: 40 ppm;</p> <p>3.9. Entradas mínimas de papel: Bandeja 1 multiuso para, no mínimo, 100 folhas. Bandeja 2 para, no mínimo, 250 folhas;</p> <p>3.10. Conectividade: 1 USB 2.0 de alta velocidade, 1 host USB na parte traseira; Rede Gigabit Ethernet 10/100/1000BASE-T, 802.11b/g/n/2,4/5 GHZ rádio Wi-Fi + Bluetooth; 802.3az(EEE);</p> <p>3.11. Função Wake on LAN;</p> <p>3.12. Volume mensal recomendado: mínimo 3.500 páginas;</p> <p>3.13. Ciclo de trabalho(mensal, A4): mínimo 70.000 páginas;</p> <p>3.14. Funções: Impressão;</p> <p>3.15. Duplex Automático;</p> <p>3.16. Resolução de impressão: 1200 x 1200 dpi;</p> <p>3.17. Tipos de mídias suportados: Papel (comum, EcoFFICIENT, leve, pesado, sulfite, colorido, timbrado, pré-impresso, pré-perfurado, reciclado, áspero); envelopes; etiquetas;</p> <p>3.18. Voltagem: 110v a 127v;</p> <p>3.19. Consumo de energia durante a IMPRESSÃO: MÁXIMO 570W;</p> <p>3.20. Deve possuir certificação ENERGY STAR 3.0 e EPEAT;</p> <p>3.21. Tipo de Alimentação: Fonte de alimentação integrada;</p> <p>3.22. Compatibilidade do Driver da Impressora: Windows®, Mac OS®, Linux;</p> <p>3.23. Dimensões mínimas aproximadas: 381 x 357 x 216 milímetros;</p> <p>3.24. Conteúdo da embalagem: .</p> <p>a) Impressora;</p> <p>b) Manuais de instalação;</p> <p>c) Cabo Conexão USB;</p> <p>d) Cabo de alimentação;</p> <p>e) Cartucho Toner Preto: A impressora será fornecida com 1 (um) cartucho de toner original de alto rendimento com capacidade para impressão acima de 8.000 (oito mil) páginas.</p> <p>3.25. Garantia Técnica:</p> <p>a) Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para a garantia e a assistência técnica do equipamento, contados a partir do recebimento definitivo dos bens, sem prejuízo garantia adicional oferecida pelo fabricante;</p> <p>b) Assistência Técnica: A contratada deverá prestar, durante o período de garantia, assistência técnica contra eventuais defeitos de fabricação e suporte técnico referente ao uso de recursos dos equipamentos, como também para a solução de problemas de funcionamento durante a utilização normal do equipamento, independentemente da existência de falha material.</p>
4	<p>3. Impressora Laser (Cota reservada para ME/EPP do Item 3)</p>
	<p>5. Impressora laser multifuncional</p> <p>5.1. Características Técnicas Gerais:</p> <p>a) Impressora multifuncional incorporada, em um único bloco, com recursos de cópia, digitalização de documentos e de impressão por varredura a feixe laser ou barramento de LEDs e fusão de toner;</p>

- b) Tamanhos de Papel: A4 210 x 297 mm, A5 148 x 210 mm , A6 105 x 148 mm, Carta 215 x 279 mm, Ofício 216 x 356 mm;
- c) Deve aceitar papéis com peso de, no mínimo, 60 até 163 g/m² (sessenta até cento e sessenta e três gramas por metro quadrado) na bandeja 1 e de, no mínimo, 60 a 220 g/m² (sessenta a duzentos e vinte gramas por metro quadrado) na Bandeja multiuso ou superior;
- d) Interface USB (Universal Serial Bus);
- e) Fonte de alimentação com tensão de entrada de 110 V (cento e dez volts em corrente alternada) ou bi-volt automático, com tolerância de ±10% (mais ou menos dez por cento);
- f) Acompanhada de manual com informações técnicas para a operação (Manual de Operação) e cabo de alimentação;
- g) Drivers para Windows 11. O sistema operacional Windows é o sistema padrão homologado e utilizado pelos softwares e aplicativos eleitorais do TRE-PI;
- h) Painel de controle: tela LCD ou sensível ao toque;
- i) Digitalização duplex;
- j) Impressão a partir de uma unidade USB e digitalização para USB;
- k) Imprimir de smartphones, tablets e notebooks via rede sem fio;
- l) Unidade fotorreceptora integrada ao toner.

5.2. Características específicas das funcionalidades:

5.2.1. Características da Impressora

- a) Tecnologia de impressão: Impressão por varredura a feixe laser ou barramento de LEDs e fusão de toner.
- b) Cor de impressão: Monocromática.
- c) Resolução de impressão: Preto e branco de 1200 x 1200 dpi (mil e duzentos por mil e duzentos dpi)
- d) Velocidade de impressão: No mínimo de 25 ppm (vinte e cinco páginas por minuto) em preto e branco em A4.
- e) Ciclo de trabalho máximo mensal: No mínimo de 12.000 (doze mil) páginas.
- f) Capacidade da bandeja de alimentação: Bandeja de entrada: no mínimo 250 (duzentos e cinquenta) folhas.
- g) Alimentador Automático de Documentos: Capacidade de, no mínimo, 35 (trinta e cinco) folhas.
- h) Capacidade da bandeja de saída: Mínima de 100 (cem) folhas.
- i) Impressão duplex: Frente e verso automático.
- j) Tamanhos de mídias mínimas suportadas: A4, A5, Carta, Oficio, envelopes.
- k) Tamanho de mídias personalizado - Bandeja Multiuso: 3 x 5 a 8,5 x 14 pol.; 76 x 127 a 216 x 356 mm.
- l) Memória: Mínima de 512 (quinhentos e doze) MB de RAM
- m) Conectividade: 1 USB 2.0 de alta velocidade; 1 rede Gigabit Ethernet 10/100/1000 Base-TX; 1 802.11b/g/n sem fio;
- 5 n) Linguagens: Deve ser compatível com, no mínimo, as seguintes linguagens: PDF; PCL5 ou superior.
- o) Cartuchos: A impressora será fornecida com 1 (um) cartucho de toner original de alto rendimento com capacidade para impressão acima de 8.000 (oito mil) páginas.

5.2.2. Características da Copiadora

- a) Resolução: Mínimo de 600 x 600 ppi (seiscientos por seiscientos ppi) em texto em preto e branco.
- b) Velocidade cópia: Mínima de 25 cpm (vinte e cinco cópias por minuto) em A4, preto
- c) Funções: Cópias múltiplas até 99 (noventa e nove) cópias;
- d) Redução/ampliação de 25% a 400%.

5.2.3. Características da Digitalizadora

- a) Resolução óptica: 1200 x 1200 ppi (mil e duzentos por mil e duzentos ppi) monocromática, mesa;
- b) Até 1200 x 1200 dpi (mil e duzentos dpi) cores;
- c) Tipo de digitalização: Base plana com alimentador automático de documentos.
- d) Velocidade de digitalização (normal, A4): Mínimo de 25 ppm (vinte e cinco páginas por minuto) em preto e branco e de, no mínimo, 20 ppm (vinte páginas por minuto) coloridas.
- e) Funções: Digitalização para e-mail, para pasta de rede, USB.
- f) Formatos de arquivo: JPEG, JPG; PDF; PDF seguro; TIFF

5.3. Garantia Técnica:

- a) Garantia mínima de **36 (trinta e seis) meses** para a garantia e a assistência técnica do equipamento, contados a partir do recebimento definitivo dos bens, sem prejuízo garantia adicional oferecida pelo fabricante;
- b) Assistência Técnica: A contratada deverá prestar, durante o período de garantia, assistência técnica contra eventuais defeitos de fabricação e suporte técnico referente ao uso de recursos dos equipamentos, como também para a solução de problemas de

funcionamento durante a utilização normal do equipamento, independentemente da existência de falha material.

5.3.2. Forma de atendimento da assistência técnica:

- a) A contratada deverá manter Central de Atendimento (telefônico com serviço gratuito (0800) ou, no máximo, com custo de ligação local em Teresina ou, ainda, no sitio da Internet) para abertura dos chamados de garantia, em dias úteis (segunda a sexta feira) em horário comercial (08:00 às 18:00 horas);
- b) A contratada deverá fornecer o número de protocolo dos chamados iniciados pelo contratante;
- c) Os serviços de reparos e assistência técnica serão executados nas dependências do TRE-PI em Teresina-PI, pelo sistema on-site, em horário comercial (08:00 às 18:00 horas), de segunda a sexta feira, devendo ser iniciados até o próximo dia útil posterior ao da abertura do chamado pelo contratante;
- d) Os serviços deverão ser prestados por profissionais habilitados e especializados e deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo a substituição de peças, componentes, ajustes, reparos e correções necessárias com prazo máximo para solução de problemas de 7 (sete) dias corridos, contados da abertura do chamado, incluindo a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos, sem ônus adicional ao TRE-PI;
- e) Caso a Contratada não forneça atendimento on-site nas dependências do TRE-PI em Teresina-PI, deverá assumir todos os custos do traslado para reparo ou substituição do equipamento defeituoso.

6

5. Impressora laser multifuncional

(Cota reservada para ME/EPP do Item 5)

	<p>Scanner A3 com ADF e mesa digitalizadora</p> <p>7.1. Tecnologia por sensor de imagem dual CIS (Contact Image Sensor) ou CCD;</p> <p>7.2. Resolução óptica de 600 DPI para bitonal e cores;</p> <p>7.3. Modos de digitalização simplex (frente) e duplex (frente e verso);</p> <p>7.4. Mesa digitalizadora inclusa, para documentos tamanho A3, com resolução de saída mínima de 600 dpi;</p> <p>7.5. Mecanismo de detecção automática de dupla alimentação de documentos;</p> <p>7.6. Alimentação elétrica bivolt 100-240v automática (incluir cabo AC);</p> <p>7.7. Alimentador automático de folhas planas (ADF), tamanho A3, com capacidade de 50 (cinquenta) folhas de 75g/m² comprovado através do manual do fabricante;</p> <p>7.8. Capacidade de detecção de múltiplas folhas no alimentador automático através de sensor ultrassom;</p> <p>7.9. Qualificação padrão Energy Star de consumo de energia elétrica;</p> <p>7.10. Detecção e eliminação automática de folhas em branco;</p> <p>7.11. Alinhamento automático;</p> <p>7.12. Eliminação automática de bordas pretas (crop automático);</p> <p>7.13. Capacidade de detecção automática de documentos coloridos e/ ou preto e branco no processo de digitalização;</p> <p>7.14. Total compatibilidade com sistemas operacionais Windows 10 e superior;</p> <p>7.15. Software de digitalização com recursos de OCR em Português;</p> <p>7.16. Permite armazenar imagens nos mais diferentes formatos de arquivos de saída, no mínimo JPEG, PDF, PDF Pesquisável, DOC e XLS;</p>
7	<p>7.17. Interface de conexão através de USB 2.0 ou superior (incluir cabo);</p> <p>7.18. Permite edição e manipulação de imagens, permitindo zoom, recortar, incluir e excluir;</p> <p>7.19. O scanner possui fonte de alimentação com seleção automática de tensão (110/220V) e frequência de 50/60 Hz;</p> <p>7.20. Possuir drivers TWAIN e ISIS;</p> <p>7.21. Adequações e compatibilidade:</p> <p>7.21.1. O fabricante deverá estar aderente às normas RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances) ou, alternativamente, possuir certificação emitida por organismos acreditados pelo INMETRO, que atenda às mesmas diretrizes. A exigência visa a restrição de uso de substâncias nocivas no processo de fabricação dos equipamentos;</p> <p>7.21.2. Deve ser entregue certificação comprovando que o modelo do equipamento está conforme a norma IEC60950 para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos, ou através de certificado ou relatório de avaliação de conformidade emitido por um órgão acreditado pelo INMETRO;</p> <p>7.21.3. Os equipamentos ofertados (Marca e Modelo) não deverão estar em processo de descontinuidade;</p> <p>7.21.4. Os equipamentos deverão ser acompanhados de todos os cabos, drivers e manuais necessários à instalação e ao seu perfeito funcionamento;</p> <p>7.21.5. Os equipamentos ofertados devem pertencer à linha corporativa, não sendo aceitos equipamentos destinados a público residencial.</p> <p>7.22. Garantia Técnica:</p> <p>a) Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para a garantia e a assistência técnica do equipamento, contados a partir do recebimento definitivo dos bens, sem prejuízo garantia adicional oferecida pelo fabricante;</p> <p>b) Assistência Técnica: A contratada deverá prestar, durante o período de garantia, assistência técnica contra eventuais defeitos de fabricação e suporte técnico referente ao uso de recursos dos equipamentos, como também para a solução de problemas de funcionamento durante a utilização normal do equipamento, independentemente da existência de falha material.</p>

	Scanner de mesa - médio porte <p>8.1. O scanner de mesa deve possuir Alimentador Automático de Documentos (<i>Automatic Document Feeder – ADF</i>);</p> <p>8.2. A tecnologia de digitalização de documentos nos scanners de mesa devem ser Charge Coupled Device (CCD) ou Contact Image Sensor (CIS) ;</p> <p>8.3. O ADF, Alimentador Automático de Documento, deve possuir uma bandeja onde se colocam os documentos a serem digitalizados com passagem direta por um leitor contínuo com saída do papel em outra bandeja;</p> <p>8.4. O sistema de alimentação automática – ADF, deverá possuir bandeja com capacidade para, no mínimo, 50 documentos, com alimentação contínua e com 02 roletes no sistema de alimentação;</p> <p>8.5. Resolução óptica de 600 DPI, ou superior, para bitonal e cores;</p> <p>8.6. Permitir ajuste na resolução de saída DPI entre 100 DPI até os 600 DPI em 4 passos;</p> <p>8.7. Permitir digitalização de documentos, no ADF, de papéis com tamanho de 70 mm x 150 mm e tamanho máximo de 216 mm x 356 mm;</p> <p>8.8. Dimensões dos documentos originais: Formato A4 e Carta;</p> <p>8.9. Interface USB 2.0 ou superior;</p> <p>8.10. Fornecido com drivers TWAIN;</p> <p>8.11. Formato de saída padrão JPEG, TIFF e PDF;</p> <p>8.12. Velocidades de digitalização, mínima, no ADF, com orientação retrato, páginas A4 e com resolução de 200 dpi: Preto e Branco Simplex: 35 ppm; Colorido Simplex: 30 ppm; Preto e Branco Duplex: 70 ipm; Colorido Duplex: 60 ipm;</p> <p>8.13. Permitir a captura de imagens duplex em uma única passagem;</p> <p>8.14. Capacidade de digitalização diária de, no mínimo, 2.000 (dois mil) documentos;</p> <p>8.15. Possuir no ADF mecanismo para detecção de múltipla alimentação de documentos através de sensor ultrassônico;</p> <p>8.16. Ajuste automático da imagem do documento ao tamanho da tela;</p> <p>8.17. Eliminação automática das bordas das imagens, permitindo a alimentação dos documentos de tamanhos variados;</p> <p>8.18. Ajuste automático da orientação dos documentos;</p> <p>8.19. Permitir realizar autorrotação das imagens (90, 180, 270 graus), possibilitando a alimentação de documentos em diferentes posições;</p> <p>8.20. Eliminação automática de páginas em branco durante o pós-processamento;</p> <p>8.21. Permitir edição e manipulação de imagens, permitindo zoom, recortar, redigitalizar, incluir e excluir;</p> <p>8.22. O scanner de mesa e o ADF, integrados ou acoplados, devem possuir fonte de alimentação com seleção automática de tensão (110/220V) e frequência de 50/60 Hz;</p> <p>8.23. Consumo máximo em operação de 25 W, ou demonstrar a compatibilidade com Energy Star, comprovando que o equipamento atende às exigências para o melhor aproveitamento do uso de energia elétrica;</p> <p>8.24. Possuir tecnologia OCR (<i>Optical Character Recognition</i>), para reconhecer caracteres a partir de um arquivo de imagem;</p> <p>8.25. Fornecido com drivers e software para digitalização de fotografias, textos e imagens, softwares para gerenciamento do módulo digitalizador e software OCR para geração de textos a partir de itens digitalizados compatíveis com sistemas operacionais MS-Windows 10 Professional;</p> <p>8.26. Possuir software que permite a operação sem necessidade de placa adicional (comunicação direta via física) totalmente em português (Brasil), que permite definir modos de operação do scanner (resolução, índices, parâmetros de melhoria da imagem, rotação, luminosidade, contraste, etc.), que permite gerar arquivos de índice por lotes e por documentos, gravando imagens digitalizadas nos formatos TIFF, JPEG e PDF;</p> <p>8.27. O equipamento e todos os seus periféricos devem ser compatíveis com os Sistemas Operacionais Microsoft Windows 10 Profissional;</p> <p>8.28. Deverão ser fornecidos com cabos, softwares, drivers e todos os dispositivos necessários ao seu perfeito funcionamento, acompanhados de documentação completa e atualizada, contendo todos os manuais pertinentes, incluindo os manuais dos seus acessórios.</p> <p>8.29. Garantia Técnica:</p> <p>a) Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para a garantia e a assistência técnica do equipamento, contados a partir do recebimento definitivo dos bens, sem prejuízo garantia adicional oferecida pelo fabricante;</p> <p>b) Assistência Técnica: A contratada deverá prestar, durante o período de garantia, assistência técnica contra eventuais defeitos de fabricação e suporte técnico referente ao uso de recursos dos equipamentos, como também para a solução de problemas de funcionamento durante a utilização normal do equipamento, independentemente da existência de falha material.</p>
--	--

- 1.2. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como **comuns**, uma vez que possuem especificações usuais do mercado, sem peculiaridades especiais e são fornecidos por várias empresas, podendo, portanto, ser adquiridos por meio de processo licitatório na modalidade pregão.
- 1.3. A escolha pelo registro de preços se deve à possibilidade de o Tribunal utilizar recursos de diferentes exercícios financeiros, além da possibilidade de fazer a aquisição dos itens de forma parcelada, facilitando a logística de suprimentos

(armazenamento, movimentação, transporte, controle) empregada pelo Tribunal.

- 1.4. O prazo de vigência do contrato é de **36 (trinta e seis) meses a partir do recebimento definitivo dos bens, referente ao período de garantia**, para todos os itens, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. Os códigos e descrições do "CATMAT" constantes do "Compras.gov.br" podem eventualmente divergir da descrição dos itens a serem adquiridos quanto a especificações e outras características. **Neste caso, havendo divergência quanto ao código/descrição do CATMAT, prevalecerão as especificações detalhadas neste Termo de Referência.**

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 2.1. As descrições dos bens como um todo encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, documento 0002486708, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. A solução consiste no fornecimento de equipamentos de TI destinados a prover as necessidades de computadores portáteis (notebooks) de uso corporativo e de impressão de documentos considerados obsoletos, bem como de equipamentos de digitalização de documentos destinados a Projeto do Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição, com base na Resolução TRE-PI nº 458/2022, que dispõe sobre a Política de Nivelamento, Atualização e Renovação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação no âmbito da Justiça Eleitoral do Piauí, devendo possuir especificações e quantitativos descritos nas tabelas constantes no Item 1.1.
- 2.3. Para a realização da contratação, estão sendo observadas as diretrizes de planejamento da contratação, constantes da Resolução CNJ nº 468, de 15 de julho de 2022 e do Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário e, no que couber, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, em caráter subsidiário.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A presente contratação visa o registro de preços para aquisição de bens permanentes, para suprir a necessidade do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.
 - 3.1.1. A aquisição visa atender à política de nivelamento, atualização e renovação da infraestrutura de tecnologia da informação no âmbito da Justiça Eleitoral do Piauí, instituída pela Resolução TRE-PI nº 458/2022, que determina que "será considerado obsoleto o notebook que tenha tempo de uso superior a 4 anos, cuja vida útil esteja reduzida devido à evolução tecnológica." e que "Serão considerados obsoletos os scanners, impressoras e equipamentos multifuncionais que tenham tempo de uso superior a 5 anos."(art. 9, §§ 3º e 4º).
 - 3.1.2. A aquisição está alinhada com a Resolução CNJ nº 370/2021, que dispõe, em seu art. 34, que "Os itens de infraestrutura tecnológica deverão atender as especificações, temporalidade de uso e obsolescência a serem regulados em instrumentos aplicáveis e específicos".
 - 3.1.3. A aquisição visa substituir, no ano de 2025, 30 (trinta) notebooks, 50 (cinquenta) impressoras laser, 50 (cinquenta) impressoras multifuncionais e 1 (um) scanner considerados obsoletos e adquirir 30 scanners para projeto piloto de uso com o kit biométrico.
 - 3.1.4. Para o ano de 2026 está prevista a aquisição de 90 (noventa) notebooks, 65 (sessenta e cinco) impressoras laser e 65 (sessenta e cinco) impressoras multifuncionais.
- 3.2. A estimativa de demanda para os itens 1 a 7 foi realizada com base no quantitativo de equipamentos considerados obsoletos, tendo em vista à renovação de aproximadamente 25% dos ativos de TI, conforme previsto no art. 4º da Resolução TRE-PI nº 458/2022. A estimativa da demanda para o item 8 foi elaborada com base no quantitativo de Zonas Eleitorais definidas pelo Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição para participar de Projeto Piloto de utilização de kit biométrico com scanner de pequeno porte.
- 3.3. **A presente aquisição está prevista no Plano Anual de Contratações 2025**, constante na Portaria Presidência Nº 562/2024 TRE/PRESI/DG/ASSDG, de 27 de novembro de 2024 e anexos, publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas em 29/11/2024 (evento SEI 0002298637), bem como consta na Proposta Orçamentária 2026, estando alinhadas ao Planejamento Estratégico do TRE-PI para o período de 2021-2026, revisado pela Resolução TRE-PI nº 470/2023, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS
Objetivos Estratégicos
Fortalecer a governança de TI e a Transformação Digital (PEI)
Aumentar a Satisfação dos Usuários dos Serviços de TI (PDTI)

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. **Requisitos de Negócio:** As soluções devem atender aos requisitos constantes do item **1.3 – DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS** do Estudo Técnico Preliminar (doc. SEI nº

0002486708), possibilitando as seguintes funcionalidades:

- 4.1.1. Portabilidade para uso corporativo por magistrados e gestores administrativos nas atividades jurisdicionais e administrativas, em atendimentos descentralizados das Zonas Eleitorais aos eleitores e nos pontos de transmissão de resultados a partir dos locais de votação nos pleitos eleitorais.
 - 4.1.2. Impressão e digitalização de documentos.
- 4.2. **Requisitos de Capacitação:** Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.
- 4.3. **Requisitos Legais:** O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Resolução CNJ nº 468/2022, à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), à Resolução CNJ 347/2020 (Política de governança das contratações do Poder Judiciário), à Resolução CNJ 400/2021 (Política de sustentabilidade do Poder Judiciário), à Resolução TSE 23702/2022 (Política de governança das contratações na Justiça Eleitoral), ao Plano de Logística Sustentável 2021-2026 do TRE-PI e a outras normas aplicáveis.
- 4.4. **Requisitos de Manutenção:** A garantia dos produtos consiste na prestação, pela Contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/9/1990, e alterações – (Código de Defesa do Consumidor), bem como dos encargos previstos à Contratada.
- 4.4.1. Além da garantia legal, o fornecedor deverá apresentar garantia contratual mínima de 36 (trinta e seis) meses para todos os itens, do tipo *on site*, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos e de seus acessórios, a ser emitido pelo Fiscal do Contrato do TRE-PI.
- 4.5. **Requisitos Temporais:**
- 4.5.1. Os itens contratados deverão ser entregues em até 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento, pela empresa, da Nota de Empenho.
 - 4.5.2. O envio da Nota de Empenho será feito por meio de mensagem eletrônica para o endereço do e-mail informado pela empresa vencedora, constante da proposta de preços.
 - 4.5.2.1. A falta de confirmação, por escrito, por parte da empresa, do recebimento da Nota de Empenho, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, implicará a confirmação tácita.
 - 4.5.3. Os bens deverão ser entregues na Seção de Almoxarifado e Patrimônio do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, CNPJ Nº 05.957.363/0001-33, localizado na Praça Desembargador Edgar Nogueira, Nº 80. Centro Cívico, Teresina-PI, CEP: 64000-920, no horário de 8h00 às 14h00;
 - 4.5.4. O vencedor do certame deverá, com antecedência mínima de 24 horas, entrar em contato com a Seção de Almoxarifado e Patrimônio, pelo telefone (86) 2107-9811, 2107- 9787, ou via e-mail: sealp@tre-pi.jus.br, para informar acerca da entrega.
- 4.6. **Requisitos de Segurança e Privacidade:** As soluções deverão atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.
- 4.7. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais (Sustentabilidade):** Os itens contratados devem estar aderentes, no que couber, ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e suas atualizações, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Controladoria Geral da União/Advocacia Geral da União.
- 4.7.1. O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí adota critérios de SUSTENTABILIDADE nas suas aquisições.
 - 4.7.2. Para os bens descritos, os requisitos se baseiam na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, devendo ser observadas, ainda, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, bem como os atos normativos editados pelos órgãos públicos, tais como o Guia Prático de Licitações Sustentáveis do AGU 6ª edição.
 - 4.7.3. Todos os produtos devem ser acondicionados em embalagens recicláveis, preferencialmente em caixas de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, os calços de EPS (isopor), reciclados ou recicláveis.
 - 4.7.4. Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado ou reciclável, atóxico, biodegradável e/ou de fontes renováveis conforme ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR – 15448-1 e 15448-2.
 - 4.7.5. Os bens não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDES).
 - 4.7.6. Só será admitida a oferta de produtos que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria INMETRO/MDIC número 304, de 06/11/2023.
 - 4.7.7. O equipamento deverá possuir laudo técnico de eficiência energética de no mínimo 80%, comprovada por meio de laudo técnico emitido pelo INMETRO ou outro laboratório/órgão creditado e reconhecido por este, ou ainda que implemente PFC (Power Factor Correction) ativo com eficiência igual ou superior a 80%.
- 4.8. **Requisitos da Arquitetura Tecnológica:** Os bens a serem adquiridos deverão ser entregues conforme especificações apresentadas na tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

- 4.9. **Requisitos de Implantação:** As quantidades previstas no presente Termo de Referência são estimativas máximas para o período de validade deste Registro de Preços e este Tribunal se reserva o direito de adquirir, em cada item, quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou abster-se de adquirir algum item especificado. Deve ser considerado pelos licitantes interessados sobre a possibilidade do TRE-PI emitir Notas de Empenho com quantitativos que podem variar entre o mínimo e o máximo previsto para cada item, conforme disposto na tabela constante no item 1.1.
- 4.10. **Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica:** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.
- 4.10.1. Além da garantia legal, **o fornecedor deverá apresentar garantia contratual mínima de 36 (trinta e seis) meses** para todos os itens, do tipo *on site*, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos e de seus acessórios, a ser emitido pelo Fiscal do Contrato do TRE-PI.
- 4.10.2. A empresa fornecedora deve garantir serviços de atendimento e suporte técnico, em horário comercial, em dias úteis, por telefone ou via web e em língua portuguesa (BR).
- 4.10.3. A empresa contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos que forem entregues com qualquer defeito, erro, avaria ou incompatibilidade com as especificações deste Termo de Referência.
- 4.10.4. No caso de falhas surgidas no decorrer da execução contratual, a empresa fornecedora terá o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para solução do problema, sob pena de aplicação de multa, conforme previsão no item 8 deste Termo de Referência.
- 4.11. **Requisitos de Experiência Profissional:** Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente a contratação.
- 4.12. **Requisitos de Metodologia de Trabalho:** O fornecimento dos bens está condicionado ao recebimento, pelo Contratado, da Nota de Empenho emitida pelo Contratante.
- 4.12.1. A Nota de Empenho indicará a quantidade e os dados para entrega dos produtos.
- 4.12.2. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana de maneira eletrônica e 8 (oito) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana por via telefônica.
- 4.12.3. O andamento do fornecimento dos bens deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.
- 4.13. **Subcontratação:** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.14. **Garantia da Contratação:** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021, pois a exigência de garantia varia conforme a complexidade do objeto e, principalmente, com os riscos envolvidos, o que deve ser avaliado e justificado caso a caso. No presente caso, trata-se de contratação para fornecimento de bens de tecnologia da informação, cuja obrigação futura será apenas a prestação de serviço de assistência técnica.
- 4.15. **Informações relevantes para o dimensionamento E/OU apresentação da proposta:** A demanda do órgão tem como base as características já expressas no item 1.1 e no item 2 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, onde constam os itens de produtos e os preços individuais a serem discriminados para a composição do preço global.

5. **PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

- 5.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:
- 5.1.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços.
- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Contrato/Nota de Empenho, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.
- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- 5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato.
- 5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC.
- 5.1.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do objeto contratado, bem como realizar testes nos bens fornecidos de forma a verificar se atendem as especificações e condições exigidas, atestando nas notas fiscais/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite.
- 5.1.8. Verificar itens entregues nos quantitativos e versões contratados.
- 5.1.9. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto adquirido.
- 5.1.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 5.1.11. Informar à Contratada de atos que possam interferir direta ou indiretamente na execução do objeto contratual.

- 5.2. São obrigações do **CONTRATADO**:

- 5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la perante a Contratante, que deverá responder pela fiel execução do

contrato.

- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual.
- 5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante.
- 5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão.
- 5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.
- 5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC.
- 5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato.
- 5.2.8. Fazer a transição contratual, com transferência de dados produzidos, sem perda de informações, quando for o caso.
- 5.2.9. É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos de quaisquer naturezas, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da lei nº 12.305/2010, que instituiu a política Nacional Resíduos Sólidos, obedecendo ao disposto na Norma Brasileira ABNT NBR 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso.
- 5.2.9.1. O CONTRATANTE reserva-se o direito de assumir a responsabilidade a que se refere o item anterior, podendo dar outra destinação aos resíduos após o uso, caso julgue mais conveniente para a Administração.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Condições de Execução

6.1. Do Encaminhamento Formal de Demanda:

- 6.1.1. O contratante emitirá o Contrato/Nota de Empenho para entrega dos bens desejados.
- 6.1.2. O Contratado deverá fornecer os bens com as mesmas configurações e quantidades definidas no Contrato/Nota de Empenho.
- 6.1.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data de entrada da respectiva nota fiscal/fatura, pela unidade demandante, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência e na proposta/nota fiscal.
- 6.1.4. A verificação técnica e o recebimento definitivo dos bens deverão ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do primeiro dia útil após a entrega.
 - 6.1.4.1. O aceite definitivo será efetuado por servidores designados pela Secretaria de Tecnologia da Informação – STI do TRE-PI em conjunto, com pelo menos, um servidor do setor solicitante.
- 6.1.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.1.6. Os bens entregues em desacordo com o especificado neste Termo de Referência e na proposta do fornecedor serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a empresa contratada a substituí-los no prazo de 20 (vinte) dias corridos e sem ônus para o TRE-PI, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo de entrega.
- 6.1.7. Os bens entregues serão inteiramente recusados caso não tenham sido fornecidos conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

Forma de execução e acompanhamento da contratação

6.2. Condições de Entrega

- 6.2.1. Os itens contratados deverão ser entregues em até 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento, pela empresa, da Nota de Empenho.
- 6.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas dentro do prazo de entrega, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.2.3. Quando da entrega, serão verificadas as características, quantidade, qualidade e condições dos materiais entregues, para fins de recebimento conforme item nº 6.1 e item nº 8 deste Termo.
- 6.2.4. Os bens deverão ser entregues na Seção de Almoxarifado e Patrimônio do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, CNPJ Nº 05.957.363/0001-33, localizado na Praça Desembargador Edgar Nogueira, Nº 80. Centro Cívico, Teresina-PI, CEP: 64000-920, no horário de 8h00 às 14h00.
- 6.2.5. O vencedor do certame deverá, com antecedência mínima de 24 horas, entrar em contato com a Seção de Almoxarifado e Patrimônio, pelo telefone (86) 2107-9811, 2107- 9787, ou via e-mail: sealp@tre-pi.jus.br., para informar acerca da entrega.

Formas de transferência de conhecimento

- 6.3. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.4. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.5. Cada Contrato/Nota de Empenho conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

6.6. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- 6.6.1. Contrato;
- 6.6.2. Ofício;
- 6.6.3. Sistema de abertura de chamados;
- 6.6.4. E-mails e Cartas.

Formas de Pagamento

6.7. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico específico deste Termo de Referência.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.8. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.8.1. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I e II.

6.9. **Lei Geral de Proteção De Dados:** Em observância ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais:

6.9.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

6.9.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante;

6.9.3. Selecionada a empresa a ser contratada, para fins de assinatura do instrumento contratual, o representante legal da empresa e titular dos dados pessoais será cientificado pessoalmente do tratamento de seus dados a ser realizado pelo Contratante, na forma da Declaração de Concordância e Veracidade, conforme modelo constante no Anexo V deste Termo de Referência.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o TRE-PI e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O TRE-PI poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), observando-se, em especial, as rotinas descritas a partir do subitem 7.6 e, ainda:

7.5.1. A Gestão e a Fiscalização do contrato serão exercidas por servidores(as) a serem designados(as) pela Secretaria de

Tecnologia da Informação e pela unidade demandante, cabendo-lhes:

- 7.5.1.1. Cumprir e fazer cumprir a contratação, as determinações insertas na Resolução TRE-PI nº 146/2008.
- 7.5.1.2. Reportar-se à Administração Superior da contratada ou diretamente ao seu Preposto, para tratar de assuntos relacionados à gestão do contrato.
- 7.5.1.3. Comunicar à Secretaria de Administração o descumprimento de cláusula contratual e instaurar Procedimento Administrativo para apuração de irregularidade, quando devidamente autorizado.
- 7.5.1.4. Atestar a entrega dos bens constantes na nota fiscal/fatura e, após o seu recebimento definitivo, encaminhá-la para a Unidade financeira para fins de pagamento.

Fiscalização Técnica

- 7.6. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da [IN SGD nº 94, de 2022](#), acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));
- 7.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#)): [A23]
 - 7.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
 - 7.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
 - 7.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).
 - 7.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

- 7.7. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no [art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022](#), verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhá-lo empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).
- 7.8. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas previstas na Resolução TRE-PI nº 146/2008.

Gestor do Contrato

- 7.9. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no [art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022](#), coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).
- 7.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).
- 7.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).
- 7.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).
- 7.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).
- 7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).
- 7.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

8. CRITÉRIOS DE MEDAÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação do atendimento dos requisitos da contratação, em particular:
- 8.1.1. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas).
- 8.1.2. Todos os bens fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil.
- 8.1.3. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.
- 8.1.4. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os bens fornecidos ou uma amostra, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada bem selecionado, quando for o caso, para posterior rastreabilidade.

Do recebimento

- 8.2. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens, em face da aplicação dos critérios de aceitação.
- 8.3. Ao Contratante fica resguardado o direito de não aceitar os bens cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência, situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO.
- 8.4. Quando for o caso, a empresa será convocada a substituir todos os bens rejeitados, sem custo adicional.

Sanções administrativas e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

- 8.5. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 12 horas úteis.	Multa de 1 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 3 dias úteis. Após o limite de 3 dias úteis, aplicar-se-á multa de 10 % do valor total do Contrato. Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 1% do valor total do Contrato. Após o limite de 3 incidências, aplicar-se-á multa de 10 % do valor total do Contrato.
2	Não entregar os bens ou prestar os serviços nos prazos previstos neste TR	Multa de 1 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso, até o limite de 3 dias úteis. Após o limite de 3 dias úteis, aplicar-se-á multa de 10 % do valor total do Contrato. Advertência. Configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 1% do valor total do Contrato. Após o limite de 3 incidências, aplicar-se-á multa de 10 % do valor total do Contrato
3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5% do valor total do Contrato.

- 8.6. Nos termos do [art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022](#), será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

8.6.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.6.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento do Objeto

8.7 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data de entrada da respectiva nota fiscal/fatura, pela unidade demandante, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência e na proposta/Nota fiscal.

8.7.1. A verificação técnica e o recebimento definitivo dos bens deverão ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do primeiro dia útil após a entrega.

8.7.2. O aceite definitivo dos bens será efetuado pelos fiscais técnicos designados pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TRE-PI, com apoio de servidor do setor solicitante.

8.7.3. Os bens entregues em desacordo com o especificado neste Termo de Referência e na proposta do fornecedor serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a empresa fornecedora a substituí-los no prazo de 20 (vinte) dias corridos e sem ônus para o TRE-PI, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo de entrega.

8.7.4. Os bens entregues serão inteiramente recusados caso tenham sido fornecidos com especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Referência.

8.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.10. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobreposta até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do TRE-PI, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.20. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.22. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, a título de correção monetária.

Forma de pagamento

8.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.27. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.28. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.29. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de créditos

8.30. Não será admitida, na presente contratação, a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira por se tratar de ata de registro de preços.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

9.1.1. Os valores dos lances deverão observar um intervalo mínimo de 5% (cinco por cento) para cada item deste Pregão (artigo 57 da Lei 14.133/2021).

9.1.2. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações (artigo 18, VIII da Lei 14.133/2021).

Regime de execução ou forma de fornecimento

9.2. O fornecimento dos bens está condicionado ao recebimento, pelo Contratado, da Nota de Empenho emitida pelo Contratante.

9.2.1. A Nota de Empenho indicará a quantidade e os dados para entrega dos produtos.

9.2.2. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana de maneira eletrônica e 8 (oito) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana por via telefônica.

9.2.3. O andamento do fornecimento dos bens deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Do Parcelamento e Adjudicação

9.3. No contexto desta contratação e de acordo com os requisitos levantados, verifica-se que o objeto poderá ser dividido em itens, conforme descritos no item 1.1. deste Termo de Referência, e que a divisão não traz prejuízo para o objetivo final

almejado.

- 9.4. O objeto desta contratação é dividido em 8 (oito) itens, sendo os itens 1, 3 e 5 para ampla concorrência, ficando todos os demais itens destinados à participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparados, sem prejuízo de sua participação nos itens da cota principal, em atendimento ao disposto no art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.
- 9.5. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá, a critério e benefício da Administração, ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, conforme estabelecido no Decreto nº 8538/2015.
- 9.6. Na hipótese de uma mesma empresa sagrar-se vencedora da Cota Principal e da Cota Reservada para o mesmo item, serão registradas para ambas as cotas apenas o menor preço, ou seja, é expressamente vedado que um mesmo fornecedor pratique preços distintos para os mesmos itens.

Da Aplicação da Margem de Preferência

- 9.7. Aplica-se a margem de preferência conforme descrito a seguir:

9.7.1. Em atendimento ao art. 1º do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, a contratação assegurará a atribuição das preferências previstas no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a saber:

- a) nos termos do art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, em relação aos bens e serviços de informática e automação, será dada preferência, observada a seguinte ordem, a: I) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e II) bens e serviços produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma definida pelo Poder Executivo, respeitadas as condições definidas neste Termo de Referência; e
- b) nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o processo licitatório referente aos itens 7 e 8 será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que esses itens de contratação têm valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), enquanto que os itens 1, 3 e 5 serão destinados à ampla participação, em razão da necessidade de se adquirir produtos de mesma marca e modelo, com vistas à manutenção da compatibilidade com os sistemas e demais equipamentos utilizados na solução de TIC e à padronização da infraestrutura de TIC das Zonas Eleitorais, com cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte (itens 2, 4 e 6), nos termos do art. 48, III, da referida Lei Complementar.

- 9.8. Não são aplicáveis as regras de preferência previstas no [art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, ou bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);
- 9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 9.17. Ato de autorização para o exercício da atividade: **atividade contratada não está sujeita a autorização especial concedida por órgão regulador em virtude de determinação legal.**
- 9.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 9.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal (objeto: serviços) relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 9.26. O licitante deverá apresentar Declaração de Inexistência de Trabalho Escravo, Não Exploração de Trabalho Infantojuvenil e Não Discriminação, nos moldes do Anexo VI deste Termo de Referência.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.27. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de [pessoa física](#), desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Sege/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 9.28. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Para efeito de constatação da validade de tal certidão, será observada a seguinte ordem de preferência, a contar da expedição da certidão: o prazo de validade constante na própria certidão e o prazo de validade de 90 (noventa) dias, ou certidão positiva com plano de recuperação homologado judicialmente.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Da Vigência da Ata de Registro de Preços

- 10.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, com renovação integral dos quantitativos registrados, desde que comprovado que o preço é vantajoso, nos termos do art. 22, caput, do Decreto nº 11.462, de 2023, e do §6º do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021; haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços e a prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência, nos termos do [PARECER n. 075/2024/DECOR/CGU/AGU](#).
- 10.1.1. A assinatura da ata ocorrerá digitalmente, por meio de cadastramento prévio no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Tribunal, por servidor autorizado por este Regional, consoante disposto no art. 16, da Instrução Normativa TRE-PI nº 01/2018.
- 10.2. A existência de preços registrados não obriga o TRE-PI a efetuar as contratações, facultando-se a realização de licitação específica para as contratações pretendidas, caso em que o beneficiário do registro de preços terá preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Da Adesão à Ata de Registro de Preços

- 10.3. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos e limites do Decreto nº 11.462/2023.

Do Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes

- 10.4. Não serão aceitos Órgãos na condição de participantes neste certame, sendo inviável a realização da divulgação da Intenção de Registro de Preços, nos termos do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, tendo em vista que a Seção de Apoio ao Usuário, unidade técnica responsável pela aquisição, não dispõe de recursos humanos suficientes para executar as atribuições de seus cargos e gerenciar, a contento, o conjunto de procedimentos para registro de preços e a Ata de Registro de Preços dela decorrente, como já mencionado em manifestação da referida unidade (doc. SEI nº 0002422307) nos autos do processo SEI 0007308-65.2025.6.18.8000 que trata de compras compartilhadas no âmbito da Justiça Eleitoral

para o exercício 2026. Ademais, a divulgação da Intenção de Registro de Preços acarretaria atraso na contratação, o que poderia inviabilizar a aquisição no exercício 2025.

11. REVISÃO DOS PREÇOS E REAJUSTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Nos termos da Orientação Normativa AGU nº 100/2025, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11.2. Após o interregno mínimo de um ano, contado da data do orçamento estimado (em 21/08/2025), os preços poderão ser reajustados de acordo com a variação do ICTI - Índice de Custo da Tecnologia da Informação, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, salvo dispositivo legal que de outro modo discipline a matéria.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRÍÇÃO	CATMAT	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Notebook	613702	Unidade	108	R\$ 6.600,00	R\$ 712.800,00
2	Notebook (Cota reservada para ME/EPP do Item 1)	613702	Unidade	12	R\$ 6.600,00	R\$ 79.200,00
3	Impressora Laser	470800	Unidade	90	R\$ 1.702,53	R\$ 153.227,70
4	Impressora Laser (Cota reservada para ME/EPP do Item 3)	470800	Unidade	25	R\$ 1.702,53	R\$ 42.563,25
5	Impressora laser multifuncional	469167	Unidade	90	R\$ 2.447,37	R\$ 220.263,30
6	Impressora laser multifuncional (Cota reservada para ME/EPP do Item 5)	469167	Unidade	25	R\$ 2.447,37	R\$ 61.184,25
7	Scanner A3 com ADF e mesa digitalizadora (participação exclusiva ME/EPP)	254730	Unidade	1	R\$ 20.426,80	R\$ 20.426,80
8	Scanner de mesa - médio porte (participação exclusiva ME/EPP)	611695	Unidade	30	R\$ 2.555,50	R\$ 76.665,00
VALOR ESTIMADO TOTAL						R\$ 1.366.330,30

12.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.366.330,30 (um milhão, trezentos e sessenta e seis mil, trezentos e trinta reais e trinta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

12.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

12.3. Nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o processo licitatório referente aos itens 7 e 8 será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que esses itens de contratação têm valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), enquanto que os itens 1, 3 e 5 serão destinados à ampla participação, em razão da necessidade de se adquirir produtos de mesma marca e modelo, com vistas à manutenção da compatibilidade com os sistemas e demais equipamentos utilizados na solução de TIC e à padronização da infraestrutura de TIC das Zonas Eleitorais, com cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte (itens 2, 4 e 6), nos termos do art. 48, III, da referida Lei Complementar.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão na forma especificada na classificação da despesa feita pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças:

Nos termos do art. 57, inciso V, da Resolução TRE-PI nº 271/2013-Regimento Interno da Secretaria (SEI nº [0716340](#)), a despesa se classifica conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO:	02.122.0033.20GP.0022 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa		
ELEMENTOS DE DESPESA:	4.4.90.52 – Material Permanente.		

13.2. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

DESCRÍÇÃO	2025			2026			PRAZO ESTIMADO
	QUANT.	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO (R\$)	VALOR ESTIMADO TOTAL (R\$)	QUANT.	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO (R\$)	VALOR ESTIMADO TOTAL (R\$)	
Notebook (Itens 1 e 2)	30	6.600,00	198.000,00	90	6.600,00	594.000,00	60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Nota de Empenho.
Impressora laser (itens 3 e 4)	50	1.702,53	85.126,50	65	1.702,53	110.664,45	60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Nota de Empenho.
Impressora multifuncional (itens 5 e 6)	50	2.447,37	122.368,50	65	2.447,37	159.079,05	60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Nota de Empenho.
Scanner A3 com ADF e mesa digitalizadora	1	20.426,80	20.426,80	0	0	0	60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Nota de Empenho.
Scanner de mesa - médio porte	30	2.555,50	76.665,00	0	0	0	60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Nota de Empenho.
		502.586,80				863.743,50	

14. ANEXOS

Anexo I - Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo (cf. subitem 6.8.1)

Anexo II - Termo de Ciência (cf. subitem 6.8.1)

Anexo III - Estudos Técnicos Preliminares (0002486708)

Anexo IV - Mapa de Riscos (0002486710)

Anexo V - Declaração de Concordância e Veracidade.

Documento datado e assinado eletronicamente.

Integrante Demandante

Nadja Marcela Melo Silva Santiago
Coordenadora de Suporte Técnico
Matrícula: 166

Integrante Técnico

Etevaldo Cândido Custódio
Chefe da Seção de Apoio ao Usuário
Matrícula: 332

Integrante Administrativo

Raíssa Maria Lustosa Furtado
Analista Judiciário
Matrícula 590

Autoridade Máxima da Área de TIC

Anderson Cavalcanti de Lima

Secretário de Tecnologia da Informação
Matrícula: 571

Anexo I - Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo (cf. subitem 6.8.1)

TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO (TCMS)

A UNIÃO FEDERAL, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.957.363/0001-33, sediado na Praça Des. Edgar Nogueira, s/n, Teresina (PI), CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, sediada em _____, CNPJ nº _____, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO N.º XX/20XX, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO N.º XX/20XX celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pelo CONTRATANTE.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômicos, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgações possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada.

O TERMO informação abrange toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO N.º XX/20XX, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO N.º XX/20XX celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO N.º XX/20XX, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do referido CONTRATO.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO N.º XX/20XX.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;

II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO N.º XX/20XX, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO N.º XX/20XX sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO N.º XX/20XX.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO N.º XX/20XX.

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO N.º XX/20XX firmado entre as PARTES.

Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO é parte integrante e inseparável do CONTRATO N.º XX/20XX.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações deles decorrentes, ou se constatando casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO N.º XX/20XX;

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentações brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO N.º XX/20XX;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava – DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro de Teresina, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Pelo CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

Anexo II - Termo de Ciência (cf. subitem 6.8.1)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO PREGÃO ELETRÔNICO N° 00X/20XX

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE TCMS

O (a) Sr(a) _____ [nome do(a) diretor, consultor, prestador de serviço, empregado ou preposto], CPF _____, ocupante do cargo de _____ na empresa _____, CNPJ _____, DECLARA, sob as penas da Lei, ter tomado conhecimento do TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO (TCMS), emitido por ocasião da assinatura do contrato nº _____/20_____, e se compromete a seguir, naquilo que lhe couber, todas as disposições do referido Termo.

Local e data _____

Assinatura

Anexo III - Estudos Técnicos Preliminares (0002486708)

Anexo IV - Mapa de Riscos (0002486710)

Anexo V - Declaração de Concordância e Veracidade

NOME COMPLETO DO USUÁRIO:	
IDENTIDADE:	CPF:
E-MAIL DO USUÁRIO:	
LOGRADOURO:	
COMPLEMENTO:	BAIRRO:
CIDADE:	ESTADO:
TELEFONE:	CEP:

Por meio deste documento e do cadastro como Usuário Externo no SEI do TRE-PI, declaro que aceito todos os termos e condições que disciplinam o processo eletrônico, com fundamento na legislação pertinente e especialmente no Decreto Nº 8.539, de 08/10/15, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

Declaro, ainda, que o endereço informado referente ao meu domicílio é verdadeiro e que são de minha exclusiva responsabilidade:

I - o sigilo da senha de acesso, não sendo oponível, alegação de uso indevido;

II - a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os atos praticados até as 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo;

III - as condições da rede de comunicação, do acesso ao provedor de internet e a configuração do computador a ser utilizado nas transmissões eletrônicas;

IV - a observância dos períodos de manutenção programada, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

Por fim, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), declaro ciência do tratamento dos meus dados pessoais pelo TRE-PI, inclusive para sua publicação nos portais de Transparência do Órgão.

Local e data _____

Contratada:

Assinatura

Para que o acesso seja liberado e o cadastro aprovado o usuário deve acessar a página do Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-PI, por meio do seguinte canal da internet e efetuar o cadastro como usuário externo do SEI, seguindo os procedimentos indicados no documento [Roteiro de cadastro de usuários externos do SEI](#):

<https://www.tre-pi.jus.br/institucional/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>

Anexo VI - Declaração de inexistência de trabalho escravo, não exploração de trabalho infantojuvenil e não discriminação

XXXXXX (razão social do licitante), CNPJ nº XX.XXX.XXX/0001-XX, sediado(a) no(a) XXXXXXXXXXXX (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXX (nome completo), portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXX e do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, **DECLARA**:

– Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as usas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe:

- a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e
- os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

– Não explorar o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe:

- o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
- o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT);
- a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA);
- o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

– Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as convenções OIT 29 e 105.

XXX (local), XX (dia) de XXX (mês) de 2025

(assinatura do representante legal)

Cargo: XXXXXXXXXXXXXXXXX

Carteira de identidade nº XXXXXX SSP/XX / CPF nº XXX.XXX.XXX-XX



Documento assinado eletronicamente por **Raissa Maria Lustosa Furtado, Analista Judiciário**, em 25/09/2025, às 11:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nadja Marcela Melo Silva Santiago, Coordenador(a) de Suporte Técnico**, em 25/09/2025, às 11:46, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Cavalcanti de Lima, Secretário de Tecnologia da Informação**, em 25/09/2025, às 13:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Etevaldo Cândido Custodio, Chefe de Seção**, em 26/09/2025, às 08:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002519021** e o código CRC **F94E38EA**.

